

País rejeita empréstimo por investimento

Helival Rios

O Governo brasileiro considera encerrada a era dos empréstimos, e não faz mais nenhuma questão de receber "dinheiro novo". Para o atual Governo, o melhor caminho desejado pelo País para a captação de poupanças externas está na reativação dos investimentos diretos. O mundo inteiro vive a era das aplicações de risco, da modernização econômica e da busca da eficiência, e é com tudo isso que o atual Governo quer sintonizar-se.

Esse é o ponto central da estratégia brasileira de relacionamento com as economias internacionais, e que tem sido transmitido nas conversas que a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, Fazenda e Planejamento, vem mantendo na Europa com importantes autoridades daquele Continente.

Ontem, numa ligação que fez para o presidente Fernando Collor, a ministra considerou "excepcional" e "extraordinária" a receptividade que vem tendo no exterior. O Presidente encorajou a ministra para que continue difundindo confiança no futuro do Brasil que, assegura o Presidente, vai conquistar a estabilidade econômica.

Sem dinheiro novo

Nas negociações da dívida externa brasileira, feitas anteriormente, o Brasil sempre insistiu na possibilidade de captar novos empréstimos, ou **dinheiro novo**, como forma de garantir a retomada do seu crescimento econômico, já que as poupanças internas são insuficientes para assegurar esse objetivo.

Na opinião de estrategistas econômicos do atual Governo, segundo se afirma no Palácio do Planalto, essa tese pela busca de dinheiro novo estava equivocada. Primeiro, porque o dinheiro novo sai muito caro para o País; e segundo, porque ele acaba complicando ainda mais a questão do crescimento do estoque da dívida.

O que o atual Governo quer, na verdade, é esquecer essa questão de "dinheiro novo", preferindo, em vez disso, reduzir sensivelmente o fluxo de pagamentos de juros externos, em pelo menos 50%. Tradicionalmente, o Brasil vinha pagando cerca de US\$ 10 bilhões por ano, na forma de juros da dívida externa.

Entretanto, o Governo reconhece que necessita de poupanças externas, se quiser sustentar uma taxa de crescimento econômico elevada, da metade para o final do mandato da atual administração. mas entende que a captação de poupan-

ças externas deve ocorrer, principalmente, na forma de novos investimentos estrangeiros diretos no País.

Todavia, para atrair novos investidores para o Brasil e novos fluxos de aplicações de risco, o Brasil precisa infundir lá fora uma sólida confiança no futuro da sua economia. Para que isso ocorra, entende o Governo que é necessário controlar a inflação, reinstaurar os mecanismos clássicos de mercado, a livre concorrência, e acabar com a excessiva ingerência do Estado nos negócios privados.

Através ainda da privatização, da desregulamentação da economia e de uma nova política de comércio exterior, o atual Governo acredita que será capaz de converter o Brasil num grande polo de atração de capitais externos.

Aval

Entretanto, num mundo cheio de novas opções, notadamente no Leste Europeu, não é fácil atrair novos investidores. Daí que o Governo conta, para acender as boas expectativas na economia brasileira, com o aval de organismos internacionais e dos dirigentes dos grandes países, principalmente de George Bush, dos Estados Unidos; de Margaret Thatcher, da Inglaterra; e de François Mitterrand, da França. Se as opiniões desses dirigentes começarem a ser favoráveis ao Brasil, elas, sem dúvida nenhuma, vão infundir confiança nos meios empresariais, fortalecendo as chances que tem o País de atrair para ele novos investimentos e novas tecnologias.

Por tudo isso é que o presidente Collor considera da maior importância a viagem ora feita pela ministra Zélia e equipe ao exterior: porque é da capacidade de se comunicar bem e de convencer seus interlocutores que advirá uma onda de confiança no futuro do País, o que pode ser traduzido como novos investimentos para sustentar, no futuro, toda uma fase de prosperidade.

Esse desejo de reacender a confiança internacional no Brasil também explica a prioridade que o Governo concede, nas negociações da dívida externa, aos organismos internacionais oficiais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Clube de Paris, o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Com essas entidades ao seu lado, o Governo acha que pode convencer mais facilmente a comunidade financeira privada internacional, e os empresários, de que o Brasil é, de fato, um bom negócio.



Zélia expôs aos empresários alemães o novo cenário brasileiro e convidou-os a investirem aqui